

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
MANGUINHOS



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A

Projeto Redes de Cidadania

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE

MANGUINHOS

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPIRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Manguinhos / Giovanilton André Carretta Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mozine, Viviane Mozine Rodrigues, [coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

62p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996086-7-4

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – Serra, ES. 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mozine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mozine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -
UN-ES**

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e
Conformidade Ambiental para Atividades
de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV
Tecline)**

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política
e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

George Bassul Areias

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira

Augusto Cesar Salomão Mozine

Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Técnicos:

Iara Franco Leone

Carolina Erler Mozzer

Katrinny de Mello Anjos

Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Vinicius Francisco Marchese

Diagramação:

Roberto Cabral Junior

Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante

Giulliano da Silva Costa

Pauliana Pereira da Silva

Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa

Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	22
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	22
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	24
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	24
IV.2	Carreira da pesca.....	25
IV.3	Características das embarcações	26
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca	27
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	28
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial	29
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.....	33
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	34
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	37
VI.1	Caracterização sociocultural	37
VI.2	Principais Patrimônios culturais	40
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	41
VIII	REFERÊNCIAS	44
IX	APÊNDICES	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Manguinhos, Serra	20
Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Manguinhos, Serra	21
Figura 3 - Ponto de embarque e desembarque	23
Figura 4 - Embarcação com petrechos de pesca	23
Figura 5 - Bancas de comercialização de pescados	24
Figura 6 - Bateiras	27
Figura 7 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2003	31
Figura 8 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2007	31
Figura 9 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2014	32
Figura 10 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2020	32
Figura 11 - Áreas ambientais no entorno da comunidade de Manguinhos, Serra	35
Figura 12 - Margens do baixo curso do córrego Maringá em área urbana	36
Figura 13 - Estreita faixa de areia no litoral de Manguinhos.....	37
Figura 14 – Jornal Manhã Domingo - Pic-Nic em Manguinhos (1956)	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias. Continua.	17
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra	29
---	----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	47
---	----

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES	57
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE	61

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Manguinhos, localizada no município de Serra, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até abril de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldado pela educação ambiental crítica, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que

o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo,

exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões - Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Manguinhos, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas. Ao todo foram realizadas 5 entrevistas na comunidade de Manguinhos.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo - reunião de diagnóstico - para validação dos dados coletados - Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2008).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA

Quadro 2 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização

atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para shapefile com o uso do software QGIS 3.4.9. O software utilizado para o manuseio e edição dos PIs em formato shapefile, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o datum horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em shapefiles-shp com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundação, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, in loco, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos

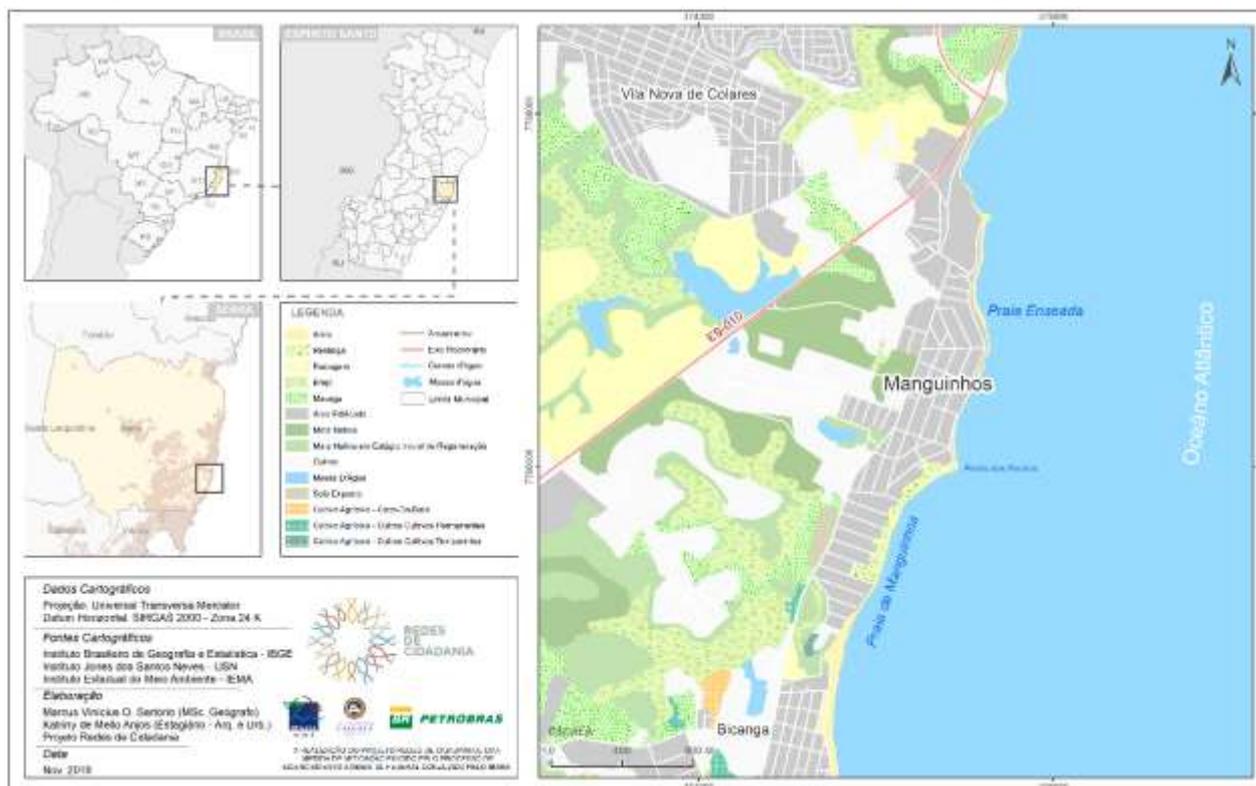
que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante as visitas in loco foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade de pescadores de Manguinhos está situada na porção central do litoral do município de Serra, na Região Metropolitana da Grande Vitória-RMGV, entre as coordenadas X: 374235 e 375812 – Y: 7767558 e 7764881. Assim como ocorre na comunidade de Jacaraípe, no mesmo município, a de Manguinhos possui importantes características urbanas que evidenciam transformações no modo de vida de uma comunidade tradicional de pesca.

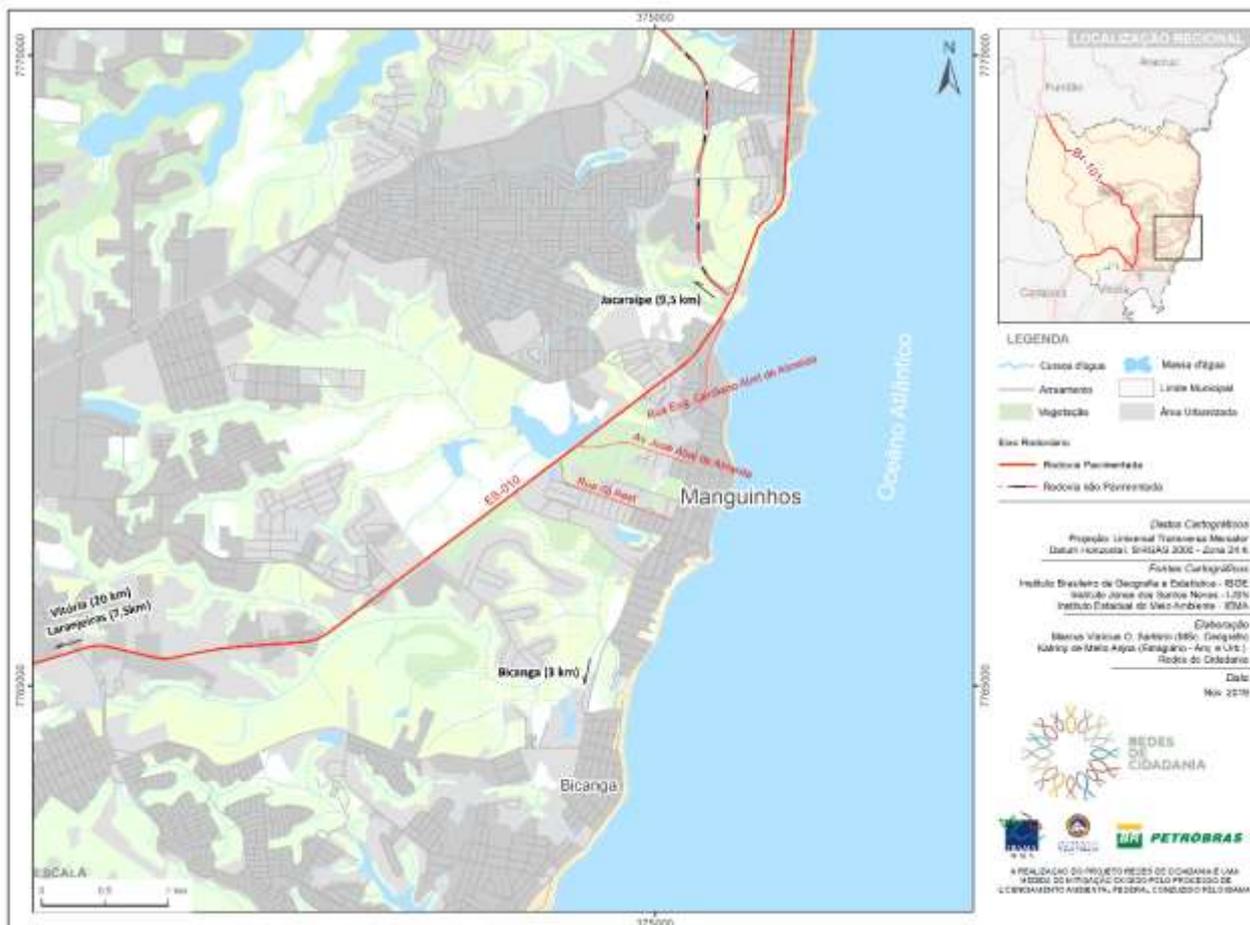
Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Manguinhos, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

Neste caso, os pescadores e suas embarcações concentram-se no limite norte da comunidade, no centro histórico, também transformado pelas mudanças ocorridas na paisagem local. Ao Norte da comunidade encontra-se o bairro Praia da Baleia, separado de Manguinhos pelo córrego Maringá. À Leste encontra-se o oceano Atlântico; ao Sul a comunidade de Bicanga e à Oeste seu limite é marcado pela rodovia estadual ES-010, que dá acesso ao litoral pelo bairro Ourimar - Figura 1.

Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Manguinhos, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

O acesso à comunidade de Manguinhos é realizado, preferencialmente, pelo modal rodoviário, através da avenida José Abel de Almeida, pela rua da Aest ou pela rua Eng. Ceciliano Abel de Almeida, que se liga à rodovia estadual ES-010

no limite oeste da comunidade. A rodovia liga as comunidades do litoral de Serra até a capital Vitória, que fica 20 km ao sul. As comunidades de Jacaraípe e Bicanga localizam-se a 9,5 km e 3 km de distância da comunidade, respectivamente - Figura 2.

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Manguinhos é composta por 36 pescadores e é representada, em sua instância local, pela Associação de Pescadores de Manguinhos-ASPEM, situada na Rua Pau-brasil, nº 1, Manguinhos, CEP: 20.173-029.

A comunidade é representada regionalmente pela Colônia Z-11 Município da Serra, sob a presidência de Denise Pereira dos Santos. A Colônia foi criada no ano de 2005, após mobilização das associações de pescadores de Nova Almeida e Jacaraípe.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

O ponto principal de embarque e desembarque pesqueiro fica localizado na faixa de areia em frente à Rua Engenheiro Ceciliano Abel de Almeida - Figura 3. Os barcos e os petrechos de pesca utilizados nas pescarias ficam na orla marítima, sem infraestrutura de apoio para a entrada das embarcações no mar. Em observações em campo, percebeu-se que há grande esforço manual na entrada dos pescadores no mar, na qual um pescador utiliza o remo e o outro fica encarregado de ligar o motor assim que o barco alcança um local favorável para o ligamento do motor - Figura 4. Antes desse processo há o auxílio de outros pescadores na ajuda para se colocar o barco na água. Tal prática é comum em situações de embarque e desembarque, dadas as condições do local.

Além do ponto de embarque da comunidade os pescadores utilizam o ponto da Praça Encontro das Águas, na comunidade de Jacaraípe, também no município

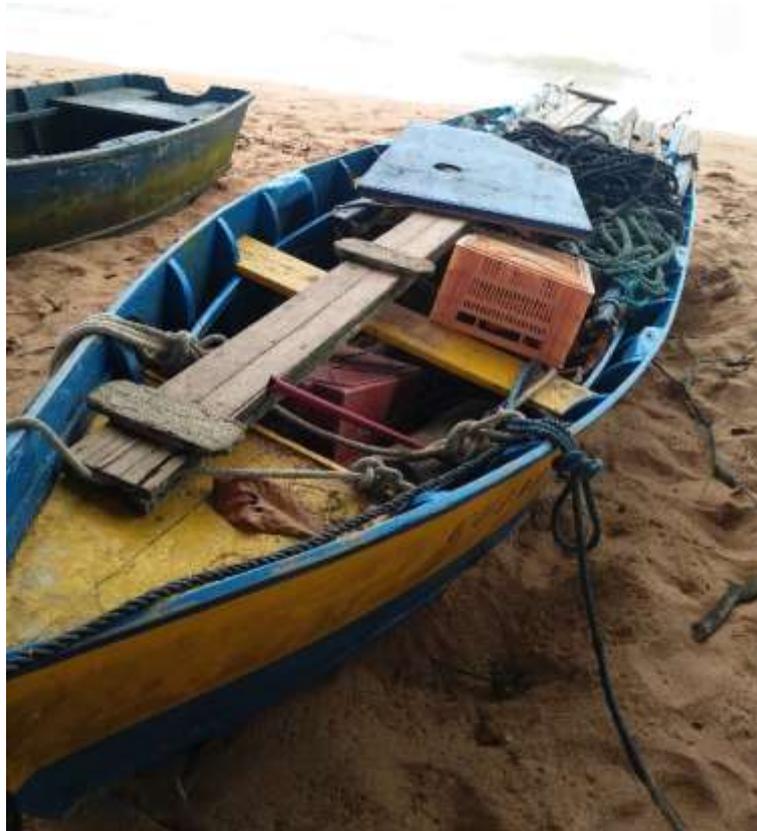
de Serra. As embarcações que ficam atracadas na comunidade de Manguinhos são de pequeno porte, sendo que as maiores ficam no ponto da praça.

Figura 3 - Ponto de embarque e desembarque



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 4 - Embarcação com petrechos de pesca



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade pesqueira de Manguinhos é composta por 32 pescadores e as principais espécies capturadas na comunidade são: xixarro, pargo, baiacu, pescadinha, camarão, bricoara, peixe-galo, dentuça, pescadinha, catoa, garoupa, badejo e cioba.

As principais artes de pescas utilizadas pelos pescadores são linha, rede e balão. A comunidade ainda possui 38 barcos, dos quais 06 possuem casaria, 02 são do tipo boca aberta e 30 são bateiras.

O pescado é comercializado em uma banca próxima ao local de embarque e desembarque pesqueiro, na chamada “banca da pracinha” - Figura 5. O excedente da pesca é vendido nos restaurantes e bares locais.

Figura 5 - Bancas de comercialização de pescados



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

A pesca é realizada pelas embarcações menores, em uma distância de até 1 milha. O território pesqueiro é chamado pelos pescadores de enseada e enseada de fora, que tem Jaracaípe como limite ao norte e Bicanga como limite ao sul.

As embarcações maiores atuam entre Nova Almeida e Bicanga, em uma distância de até 16 milhas.

IV.2 Carreira da pesca

Em relatos obtidos na comunidade, observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca, os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

A tripulação é hierarquizada a partir do papel que cada um desempenha no ato de pescar. Pode-se elencar os seguintes papéis: mestre, gelador, cozinheiro e “tripulação”. O mestre é aquele que determina a posição em que os pescadores irão colocar os petrechos de pesca e a direção que esses seguirão. Cabe ao gelador armazenar o pescado em urna ou isopor com gelo. Ele é responsável por observar se o peixe está em boas condições de resfriamento. Este papel é tomado como de grande importância, pois lida diretamente com o produto final da atividade. O cozinheiro é responsável pelo alimento da tripulação como um todo, mas o fato de ocupar uma função específica não o isenta de dar apoio em outras atividades, como a de puxar a rede, caso seja necessário. A tripulação, de acordo com relatos, é aquela responsável por lançar e içar os petrechos de pesca ao mar. Estes ficam encarregados de manusear os equipamentos utilizados na pesca e os petrechos. No caso da pesca do camarão, ao içar o balão, o camarão é colocado na embarcação e é realizada a “cata”, que seria a separação do pescado da fauna e flora acompanhantes.

A relação de trabalho ocorre em um sistema de parceria, no qual o valor arrecadado com a venda do pescado é dividido em partes diferentes para o pagamento dos envolvidos na pescaria, segundo suas atribuições. Após o pagamento das despesas do barco, o restante é dividido entre toda a tripulação.

O maior valor arrecadado fica para o proprietário da embarcação. As outras partes são distribuídas em valores diferenciados para os demais trabalhadores, de acordo com a função de cada um.

IV.3 Características das embarcações

As embarcações presentes na comunidade de Manguinhos podem ser classificadas qualitativamente em 3 tipos: bateiras¹ com motor de popa, barco tipo boca aberta, com motor de centro e barcos com casaria de motor de centro.

As bateiras - Figura 6 - são utilizadas como suporte para o acesso a barcos médios e para a pesca nas regiões denominadas de enseada e enseada de fora. A propulsão deste tipo de embarcação se dá por meio de motor de popa. O material das embarcações varia entre madeira e alumínio. O primeiro é predominante. A pesca nestas embarcações é feita por dois tripulantes.

O barco tipo boca aberta possui motor de 4 cilindros, tem em média 9 metros de comprimento. Essas embarcações não dispõem de equipamentos hidráulicos, aumentando, portanto, o esforço manual quando comparado às embarcações equipadas. Neste tipo de embarcação a pesca é feita, em média, por três tripulantes, incluindo o mestre.

As embarcações com casaria possuem motor de centro, tem em média 9 metros de comprimento e não possuem equipamentos para auxiliarem na pesca, portanto, a atividade depende de maior esforço manual. A pesca é realizada com até três tripulantes.

¹ O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".

Figura 6 - Bateiras

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

Os principais petrechos e técnicas de pesca na comunidade são: arrasto de praia; linha de mão e rede de espera, utilizada na captura dos peixes de passagem, como os pescadores nominam alguns cardumes.

O arrasto de praia é uma técnica que utiliza rede de tamanho variado e depende de pescadores em terra e uma embarcação no mar. Esta é responsável por colocar o equipamento no mar para que os pescadores possam puxá-lo posteriormente.

A pesca realizada com a rede de espera captura, geralmente, peixes que passam em cardumes e caem nas redes posicionadas em áreas já conhecidas pelos pescadores. O petrecho de pesca pode ser projetado para a pesca de fundo ou de superfície - caceio. Os pescadores o posicionam nas áreas denominadas pesqueiros e colocam sinalizadores para que o material não se perca ou seja arrastado por outras embarcações.

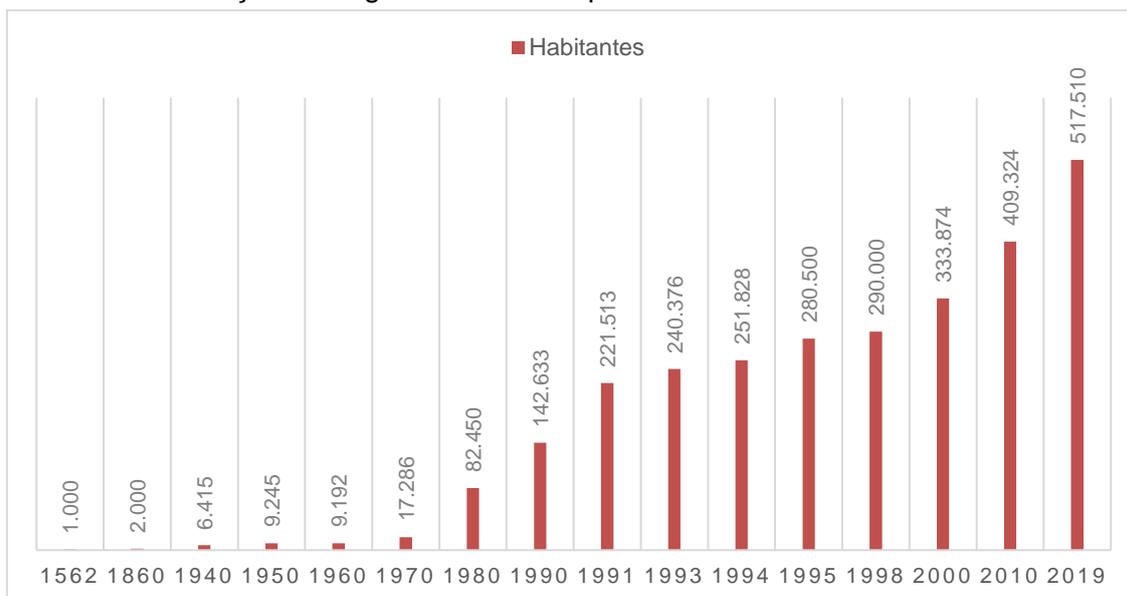
No caso da pesca de linha, os pescadores utilizam náilon (fino ou mais grosso, dependendo da espécie que será pescada) e anzóis (entre 5 e 15 por linha), seguindo a mesma lógica da linha. A linha possibilita ao pescador acessar áreas mais profundas, não alcançadas pelas redes de espera, que é o caso das áreas dos corais, denominados pelos pescadores de "cascalho". Nestas áreas ficam localizados os seguintes peixes: cação, badejo, garoupa, vermelho e xaréu. Além destas espécies, a linha ainda captura o peroá, espécie muito presente no litoral centro-norte capixaba.

V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

Segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010), a população do município de Serra é de 409.267 habitantes, apresentando uma população estimada de 517.510 habitantes no ano de 2019. A densidade demográfica do município é de 741,85 hab/km². Em comparação com Vitória, que teve população estimada em 362.097 habitantes no ano de 2019 e densidade demográfica de 3.338 hab/km², o município de Serra é menos adensado. Entretanto, se colocada em comparação com Guarapari, município com área similar, e densidade demográfica de 177,10 hab/km², Serra é mais adensado (IBGE, 2019).

Ainda segundo o censo, a população do bairro Enseada Monazítica, no ano de 2010, era de 1.694 habitantes. Já a população do bairro Parque Jacaraípe é de 3.333 habitantes, totalizando 4.027 habitantes próximos à área de estudo. O índice de habitantes por unidade familiar é de 3 pessoas (IBGE, 2010).

Por meio de uma linha histórica do crescimento populacional, podemos perceber a evolução demográfica do município, bem como apreender as dimensões de sua evolução urbana.

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra


Fonte: Redes de Cidadania a partir de Borges, 2003; IBGE, 2019.

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

Durante as pesquisas, o primeiro relato oficial encontrado sobre a localidade de Manguinhos se encontra no jornal “A Folha Vitória”, de 27 de fevereiro de 1890. Na coluna de atos do Governo do Estado, a povoação de Manguinhos passa a ser anexada ao município de Serra. Até então, Manguinhos pertencia a Freguezia Des. João de Carapina, que fora criada pela Lei n. 5, de 16 de dezembro de 1837, com uma distância de aproximadamente 12 quilômetros da ilha de Vitória. No “Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo para o Ano de 1886”, a região é descrita como estacionária, pobre e coberta por sapê, devido às queimadas realizadas todos os anos para criação de animais (gado e cavalos). O documento também aborda que poucos eram os lavradores na região de Manguinhos, onde quase todos os habitantes se dedicavam a pescaria de alto mar (ESPÍRITO SANTO, 1885).

Esse era o perfil de ocupação até os anos de 1930 na região de Manguinhos, que teve o início de seu desenvolvimento urbano a partir da industrialização de Vitória. Com a intensificação desse processo, tomando a região metropolitana na segunda metade do século XX, o município de Serra sofre transformações de escala urbana proveniente da instalação de conglomerados industriais da cadeia

de exploração do metal, advindos da instalação da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD. Dessa forma, o aglomerado de Manguinhos é afetado pelo ritmo imposto à região, apresentando crescimento demográfico. Entretanto, a ocupação da região se deu de maneira diferente das demais ao redor. Manguinhos foi ocupado por professores universitários, pessoas da então classe média alta do município de Serra e pescadores artesanais.

Com a forte expansão urbana sofrida durante as duas últimas décadas do século XX, a comunidade de Manguinhos passa por pressões para a implantação de prédios multifamiliares. Durante a década de 1980, a comunidade se une em um movimento de luta pela manutenção das características ambientais e urbanas da região. Na época, de um total de 630 moradores, 300 assinaram um abaixo-assinado encaminhado a Prefeitura Municipal de Serra. Tal documento tinha como finalidade solicitar a prefeitura que instaurasse legislações específicas para a ocupação do solo em Manguinhos.

Em relatos encontrados no jornal “A Gazeta”, de 30 de abril de 2009, em seu caderno de imóveis, em uma reportagem intitulada “A vez de Manguinhos”, o jornal aborda o interesse do mercado imobiliário na construção de cerca de 3,5 mil unidades residenciais previstas no balneário. Também informa que a valorização imobiliária entre os anos de 2007 e 2009 foi de 25%. Os novos empreendimentos implantados em Manguinhos se caracterizaram como condomínios horizontais de casas, preservando de forma relativa as características do bairro (NOBRE, 2009).

Ainda, no que se refere à expansão urbana da região, por meio de análises de imagens aéreas, percebe-se que Manguinhos apresentou seu período de maior crescimento entre as décadas de 2007 a 2014, conforme demonstram figuras abaixo. Durante o início da década de 2000 não é possível notar grandes variações no crescimento ou na ocupação do bairro - Figura 7, Figura 8, Figura 9 e Figura 10.

Figura 7 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2003



Fonte: Google Earth, 2020

Figura 8 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2007



Fonte: Google Earth, 2020

Figura 9 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2014



Fonte: Google 2020

Figura 10 - Mancha urbana de Manguinhos no ano de 2020



Fonte: Google 2020

Devido a seus moradores, com influência financeira e política, o bairro manteve quase o mesmo formato do início de sua ocupação, apenas sendo adensado. O padrão da malha urbana presente é, em grande parte, ortogonal. As ruas não apresentam infraestrutura de pavimentação e drenagem pluvial, com exceção de alguns locais específicos, como as vias de acesso principais. Aparentemente, a decisão da manutenção das ruas sem pavimentação e infraestrutura de drenagem foi uma escolha dos moradores, afim de manter as características de comunidade praieira e bucólica.

Manguinhos se caracteriza por apresentar edificações de alto padrão, tendo sido identificado apenas um núcleo de residências com características precárias, localizado próximo à área do núcleo central, onde se encontram os restaurantes.

No que se refere à ocupação urbana, o bairro de Manguinhos ainda apresenta quantidade considerável de lotes desocupados à venda, tanto em suas áreas mais antigas quanto nas mais recentes. Entretanto, os lotes dentro da faixa de 300 metros de distância do mar apresentam limitações impostas pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, especialmente nos casos em que a restinga prevalece como vegetação sobre o solo. Tal fator torna-se um empecilho no desenvolvimento e na ocupação dos vazios urbanos do local.

V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

Um dos principais conflitos encontrados pela comunidade pesqueira, relatados em entrevistas, seria a dificuldade de construção da Colônia de Pescadores e da Fábrica de Gelo, tendo em vista o alto valor da terra na região e as restrições impostas pelos órgãos ambientais reguladores.

Também foi relatado, durante as entrevistas, um processo migratório dos pescadores na década de 2000 para o bairro Vila Nova, devido à valorização dos imóveis e ao aumento do custo de vida.

Em relação a violência, os entrevistados relataram terem percebido um aumento na ocorrência de atos ilícitos, como furtos, roubos, troca de tiros e tráfico de drogas, principalmente após a implantação de um condomínio no bairro Ourimar.

V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

Os conflitos socioambientais da comunidade de Manguinhos decorrem dos impactos causados pelo uso do solo no entorno e no próprio sítio onde Manguinhos se encontra, além dos conflitos territoriais marinhos com embarcações de maior porte que atravessam a área de pesca das embarcações da comunidade. Estas, por sua vez, são relacionadas à danificação de pesqueiros, na fala dos pescadores.

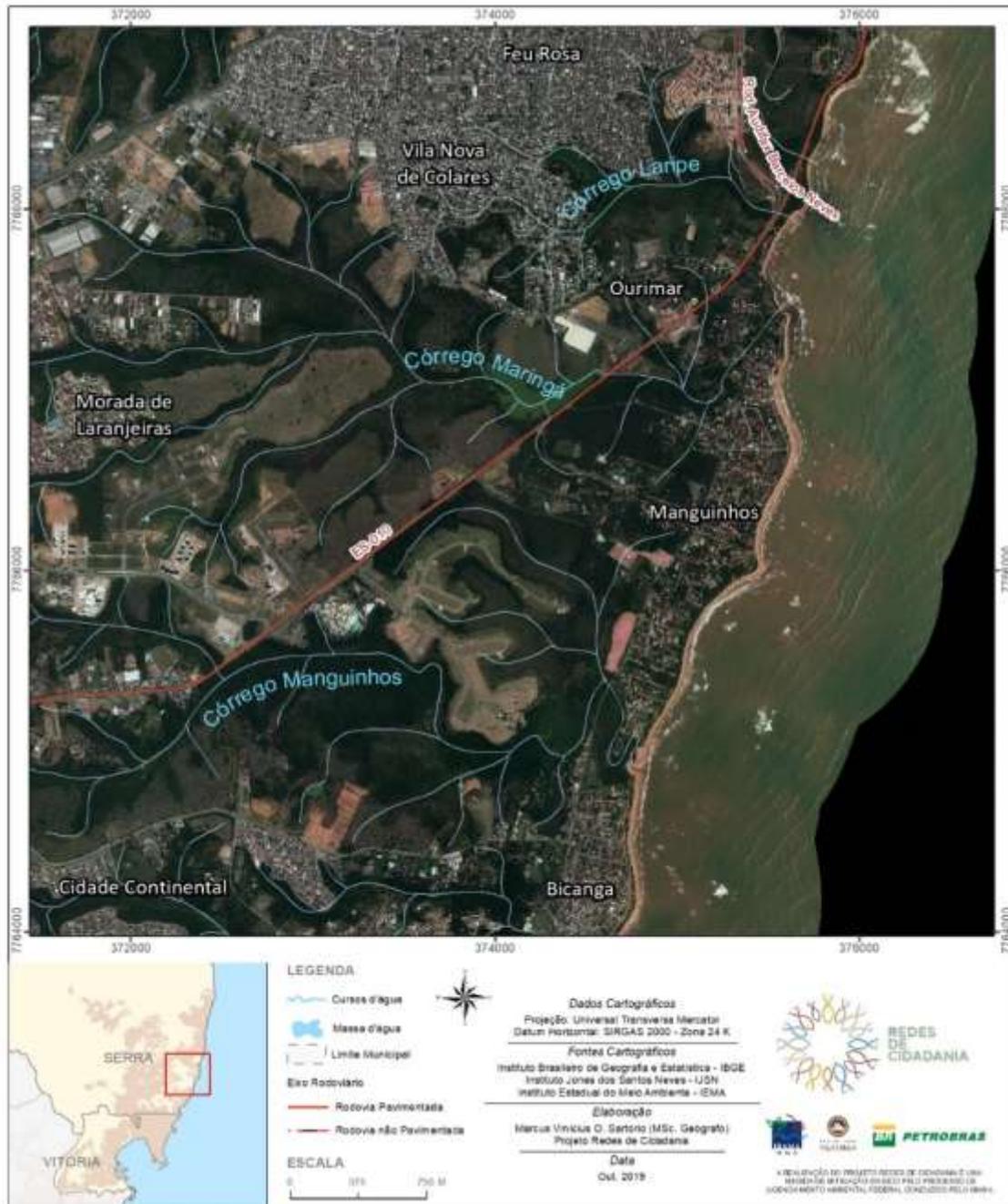
Por estar situada na RMGV, a comunidade enfrenta impactos causados pela urbanização, como a supressão da vegetação nativa, poluição pontual em corpos hídricos, poluição atmosférica, dentre outros. Contudo, Manguinhos, assim como Bicanga e Carapebus, ainda possui como característica uma paisagem bucólica e a presença de fragmentos de vegetação marcadamente diferentes das dos bairros centrais do município.

As áreas ambientais no entorno da comunidade - Figura 11 - compõe pequenos trechos de vegetação que, em sua maioria, apresentam-se descontínuos no entorno dos fundos de vale que ainda não foram ocupados. A fragmentação desses remanescentes também é elevada, concentrando-se em áreas de menor topografia em relação aos interflúvios compostos por sedimentos da Formação Barreiras, cujos topos estão ocupados por área urbana residencial e as cabeceiras dos afluentes se encontram ocupadas pelo aparato industrial.

O córrego Maringá, ao Norte da comunidade, foi completamente antropizado durante o processo de expansão urbana que se estendeu no entorno de seus afluentes. O córrego tem suas nascentes inseridas na malha urbana do município de Serra, sobre a unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros (COELHO et al., 2013), enquanto as áreas de fundo de vale, por onde corre o

leito do rio, foram ocupadas por moradias irregulares. Atualmente, os rios foram ocultados pelas vias e pela vegetação que cresce no leito, a partir dos efluentes urbanos lançados em suas águas (BAPTISTA, 2015).

Figura 11 - Áreas ambientais no entorno da comunidade de Manguinhos, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

Segundo Baptista (2015), a rede fluvial que compõe a microbacia do córrego Maringá drena uma área de aproximadamente 8,7 km² e encontra-se comprometida pelas intervenções estruturais no leito, a exemplo da implantação

da rodovia estadual ES-010, à oeste da comunidade de Manguinhos. Esta represou parte das águas pelo uso do solo no entorno, predominando o uso urbano e o de pastagem, originando a lagoa Maringá. Tal lagoa apresenta lançamento de efluentes tanto industriais quanto domésticos.

O comprometimento da qualidade hídrica do córrego que deságua na praia mais frequentada localmente também é retratado como um dos principais problemas ambientais de Manguinhos. O diagnóstico do Plano de Proteção dos Recursos Naturais (SERRA, 2011), indicou que os sistemas naturais da localidade enfrentam grande risco a biodiversidade e à integridade dos organismos aquáticos e marinhos, uma vez que estes vêm apresentando um declínio nos últimos 15 anos - Figura 12.

Figura 12 - Margens do baixo curso do córrego Maringá em área urbana



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Neste sentido, a fauna marinha do infralitoral da praia também é comprometida pelo desague nas adjacências da desembocadura do córrego, principalmente

em eventos de grande precipitação. A degradação ambiental na localidade também é fator de preocupação quanto à desova das tartarugas marinhas, monitoradas pelo Projeto TAMAR, no litoral de Bicanga, Manguinhos e Carapebus.

A área de praia de Manguinhos também se encontra altamente antropizada, apesar da presença de alguns elementos nativos típicos de restinga. A urbanização na comunidade se dá sobre os cordões litorâneos estreitos e sobre dunas frontais (ALBINO et al., 2006), avançando sobre a área de pós-praia e limitando a faixa de areia - Figura 13. Além disso, não há estrutura para contenção do avanço do mar no litoral, ocorrendo, segundo relatos de moradores, avanço da areia da praia sobre ruas e calçadas defronte à praia.

Figura 13 - Estreita faixa de areia no litoral de Manguinhos.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

A origem do nome da comunidade possui duas versões. Segundo Borges (2003), a primeira versão aponta para uma relação em manguezais que a comunidade tinha antes do processo de urbanização sofrido. Há ainda outras histórias que

associam o nome da comunidade à fruta manga, que dava em grande quantidade na comunidade.

Em pesquisas realizadas na década de 1950, a localidade é caracterizada como composta por pescadores artesanais (NEVES, 1957), sendo um distrito de Carapina. No ano de 1900 fora feito um pedido de desanexação da localidade do município de Vitória com conseqüente anexação à Vila da Serra (CORREIO DE VITÓRIA, 1885)

No ano de 1921 fora criada uma escola de ensino misto na localidade. Esta tinha como finalidade a “instrução de primeiras letras”, o que hoje se caracteriza como sendo o processo de alfabetização. A escola mista atendia alunos do sexo masculino e feminino, até então frequentadores de escolas diferentes. A primeira professora da localidade chamava-se Crenolina Alves da Cruz e foi nomeada pelo decreto de nº 4.295 da Secretaria Estadual de Instrução (DIÁRIO DA MANHÃ, 1921).

Em relatos de moradores mais idosos, há inúmeras memórias do modo como o pescado era conservado e vendido. O acesso à Vitória não era fácil, pois não havia estradas trafegáveis por veículos. No ano de 1927 estava em fase de construção uma estrada de 8 quilômetros, o que facilitou o acesso à localidade de Manguinhos (DIÁRIO DA MANHÃ, 1927) e a comercialização do pescado com o município vizinho, bem como a circulação de moradores entre ambas as localidades mencionadas. Os peixes eram salgados e colocados em esteiras de palha no centro da atual rua Eng. Ceciliano Abel de Almeida, para que secassem e suportassem mais tempo sem perecer, uma vez não havia outra forma de conservar o pescado.

Sua comercialização era realizada por meio de canoas de remo, que levavam os produtos derivados da atividade pesqueira para Vitória. As moradias na comunidade eram de estuque, construídas pelos próprios moradores. A construção era feita de madeiras, palha e argila - chamada pelos moradores de batinga - disponível nas margens do córrego que passava (e ainda passa) na vila de pescadores.

No final da segunda metade do século XIX, a comunidade possuía uma dinâmica socioeconômica baseada na pesca em alto mar e no cultivo de gêneros agrícolas para subsistência. No entanto, a última era mais modesta quando comparada com a primeira, predominante (ALMANAK, 1886, p. 87).

A comunidade comemora todo o mês de julho a festa de Santa'Ana, que já possui mais de cem anos de existência, sendo possível encontrar informações sobre seus festejos em periódicos do século XIX. Segundo o jornal impresso Comércio do Espírito Santo (1896), a festa tinha duração de 2 dias e contava com missas, celebrações e concursos realizados pela comunidade.

A localidade de Manguinhos era muito procurada pelos moradores da cidade de Vitória para atividades recreativas, o que a tornou um importante polo turístico da região - Figura 14. Em periódicos da primeira metade do século XX há variadas notícias sobre piqueniques realizados aos finais de semana.

Figura 14 – Jornal Manhã Domingo - Pic-Nic em Manguinhos (1956)



Fonte: Folha capixaba (1956) - Acervo Redes de Cidadania

No ano de 1953 foram anunciados lotes para venda no Balneário Atapoã, pois, após a realização de obras de melhoramento das estradas na região, a frequência dos moradores de Vitória se intensificou, aspecto que rompeu com parte do bucolismo da pequena vila de pescadores (FOLHA DO POVO, 1953).

Em relatos obtidos na comunidade, pode-se identificar que a presença do turismo alterou de modo significativo o estilo de vida local. Houve valorização dos lotes e a antiga vila de pescadores se manteve despercebida entre bares, restaurantes e casas de alto padrão.

A comunidade atualmente realiza diversas atividades culturais. Dentre elas cabem destaque os seguintes eventos: festa de Sant’Ana; festa de São Sebastião e Banho de Fantasia. Na ocasião da festa de Sant’Anna, a comunidade celebra a santa entre os dias 26 e 28 de julho. Na semana antes dos dias da festa, sob a coordenação de Lúcia, atual zeladora da Casa do Congo de Manguinhos, os jovens da comunidade enfeitam as ruas com fitas azuis e brancas. Os moradores da rua principal também participam, enfeitando as suas janelas com as cores azul e branco.

A festa de São Sebastião é celebrada no mês de janeiro. No primeiro dia da festa, geralmente sexta-feira, ocorre a descida do mastro. O trajeto é da Igreja de Sant’Anna até a entrada da vila. A banda de congo segue o cortejo ao som dos tambores e casacas. No sábado acontece o ponto alto do festejo, quando ocorre a subida do mastro de São Sebastião, sob a companhia dos jovens, mulheres, bandas de congo mirim e adulta. A fincada do mastro ocorre em frente à Igreja de Sant’Anna, em um momento no qual os devotos colocam suas mãos no mastro, agradecendo uma benção recebida ou fazendo um pedido para o santo.

O Banho de Fantasia ocorre no carnaval, quando pessoas usando fantasias de papel entram no mar após participarem dos festejos realizados pelos blocos de carnaval. Há registro da prática nos anos 1960², com a participação de veranistas (FOLHA CAPIXABA, 1962).

VI.2 Principais Patrimônios culturais

No tocante aos patrimônios culturais presentes na localidade de Manguinhos, cabe destaque aos imateriais, que se fazem presentes nas memórias locais e nas práticas cotidianas. Em relatos obtidos na comunidade, pode-se identificar os seguintes patrimônios: Festa de Sant’Ana; Festa de São Sebastião; Banda de

² Folha Capixaba (1962).

Congo; linha de tucum; cartografia mental do ambiente marinho; canoa de madeira e o Banho de Fantasia.

Com relação a “linha de tucum”, os relatos dos pescadores mais velhos revelaram uma prática utilizada pelos antigos pescadores, antes da introdução do náilon na pesca. Tratava-se de uma palmeira da qual os pescadores retiravam suas fibras para a confecção de fios. Estes eram utilizados na fabricação de redes e linhas de pesca.

A canoa de madeira era confeccionada a partir de um tronco de madeira inteiro. Os pescadores cortavam uma árvore e entalhavam o seu tronco até este ganhar o formato de uma embarcação. Esta embarcação dispensava materiais industrializados para a sua composição, que era toda em madeira.

Os pescadores mais antigos ainda relatam que, antes da introdução dos equipamentos de navegação, as áreas de pesca eram marcadas a partir de um método de triangulação, na qual o pescador fazia o alinhamento de seu local de pesca com marcos presentes em terra. Os marcos mais importantes para os pescadores da comunidade eram o Mestre Álvaro (formação rochosa localizada no município de Serra), o Morro do Moreno (localizado no município de Vila Velha) e o Morro Moxuara (localizado no município de Cariacica), que mais se destacam na paisagem local. Após a entrada de novas tecnologias este modo de referenciar as áreas de pesca se tornou restrito à memória de poucos pescadores da comunidade.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social sob a perspectiva antropológica leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que definem padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico-metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam

a comunidade pesqueira de Manguinhos organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

Em pesquisa de campo, observou-se que a comunidade se encontra sem presidente da associação de pescadores em razão de problemas relativos a não regularização de documentos essenciais para o seu funcionamento. Mesmo sem a presença formal de um representante, a comunidade reconhece o pescador Wanderson Santos (Janjão) como sendo uma espécie de porta-voz dos pescadores. Em entrevista com este, foi relatado que ele está apenas buscando a regularização para se candidatar ao cargo e poder exercê-lo formalmente.

Para a resolução de algumas questões relativas à pesca, a comunidade pesqueira acaba recorrendo à comunidade de Jacaraípe, que concentra funções políticas e administrativas relacionadas à pesca no município de Serra. Os principais empreendimentos relacionados aos Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP's) na região se concentram na citada comunidade. Observa-se que este fato não é aceito de modo consensual pelos pescadores de Manguinhos, entendendo que tais ações deveriam ser redistribuídas dentre todas as comunidades da região, de modo igualitário.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade, foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões realizadas na comunidade levantaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas foram identificados como potenciais líderes os pescadores que são mais expressivos na comunidade, tanto pela relação com a pesca quanto pela relação com a comunidade. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã - GAC's, complementando as que já haviam sido selecionadas. Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - Wenderson Santos (Janjão) - candidato à presidente da associação de pescadores;
 - Rubia Duarte.

- Lideranças comunitárias informais:

- Wenderson Santos (Janjão) (Pescador - membro do GAC);
- Marcos dos Santos (Pescador - membro do GAC);
- Deusdete Pereira Santos (Pescador - membro do GAC).

- Lideranças femininas:
 - Alecsandra Pereira (moradora da comunidade);
 - Lúcia (do congo) (moradora da comunidade - Presidente da Banda de Congo).

- Lideranças jovens:
 - Paulo Vitor - (morador da comunidade - membro do GAC).

VIII REFERÊNCIAS

- ALBINO, J.; GIRARDI, G.; NASCIMENTO, K. A. Erosão e progradação do litoral brasileiro. **Ministério do Meio Ambiente**, p. 227-265, 2006.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO. 1886. Acessado em: <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak/707309>>. Acesso em: 19 de mai. 2020.
- BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.
- BAPTISTA, JANAÍNA SCHMIDEL. **Da Ecologia à Arquitetura da Paisagem**: Os elementos naturais como recurso projetual para as estruturas urbanas na região hidrográfica entre Vitória e Serra (ES). Dissertação de Mestrado. Vitória, 2015.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BORGES, Clério José. **História da Serra**. CJ Borges, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.
- CALLEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. *Ambient. soc.* [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.
- CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. *Revista Educação Ambiental em Ação*. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>. Acesso em 26/05/2020
- CORREIO DE VITÓRIA. **Comunicado**: limites da vila da Serra. *Correio de Vitória, Vitória*, 1885, Interior.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.
- DIÁRIO DA MANHÃ. **Secretaria de Instrução**. Decreto N. 4,295, Diário da Manhã: Órgão do Partido Republicano do Estado do Espírito Santo, Vitória, 01 de Abr. de 1921. Ano XV.
- _____. **Obras públicas**. Diário da Manhã: Órgão do Partido Republicano do Espírito Santo, Vitória, 6 de Jan. de 1927.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares:** leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1996.

FIRTH, Raymond. **Elementos da organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.), **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOLHA CAPIXABA. **Eryx Guimarães promoverá banho à fantasia em Manguinhos:** amanhã, Folha Capixaba, Vitória, 16 a 22 de fev. de 1962.

FOLHA DO POVO. **Balneário Atapoã**. Folha do Povo, Vitória, 02 de fev. de 1953.

FOX, Jefferson. et al. O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

_____. **IBGE Cidades**. Município de Serra. Dados populacionais. Website. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/panorama>>. Acesso em: Abr 2019.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução: sociedade ciência e universo**. Bauru: EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernarndo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2004.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

NOBRE, Karine. **A vez de Manguinhos**. Gazeta Online. Caderno Imóveis. Vitória, 30 de abril 2009. Disponível em: <
http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/04/511216-a+vez+de+manguinhos.html>. Acesso em: Abril 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006**. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

SERRA. **Plano de proteção de recursos naturais das Lagoas Juara, Jacuném, Carapebus e Maringá e das orlas costeiras sob suas influências**. FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA – FCAA, PMS, 2011.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória: Vale Encantado**. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. 2 ed. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental: Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência;
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;
- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;

- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como:
a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;
- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;
- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc;

- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;
- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?;
- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do

município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
 - Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG:
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares.
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:

- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;
- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;
- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;

- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda;
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto César Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

*A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.*